

A ESCULTURA ROMANA IMPERIAL NO ACTUAL
TERRITÓRIO PORTUGUÊS
as imagens imperiais e os seus espaços de actuação

por
Helena Paula Abreu de Carvalho*

Introdução ¹

Dentre os abusos de poder de que parece ter sido acusado Júlio César, nos últimos anos da República, incluem-se ter estátuas junto às dos deuses e fazer circular, nas pompas do circo, um carro onde era transportado o seu retrato. Disso nos dá conta Suetónio ². Estas manifestações, porventura excessivas para a época, tornam-se um hábito a partir de Augusto e acompanham as vicissitudes do Império. As imagens do imperador espalham-se à medida das conquistas. Representações oficiais de garante jurídico, imagem de força política ou militar, objectos de culto, cumpriam uma ou todas estas funções em templos, basílicas, praças públicas ou residências privadas. Tentar compreender a função dos retratos imperiais no quadro mais vasto do culto e propaganda do Imperador e do Império pode resumir o problema fundamental posto pelos exemplares que servem de base a

* Departamento de História, F. C. S., Universidade dos Açores.

¹ Este artigo reproduz parcialmente um trabalho apresentado em Dezembro de 1992 na Universidade dos Açores, no âmbito das Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. Ao Professor Jorge Alarcão, desejo agradecer a orientação e apoio prestados.

² Suetonius, *De vita Caesarum*, 76 (trad. de Henri Ailloud, *Vies des douze Césars*, t. I, 1931)

este trabalho ³. Destaquemos algumas vias de reflexão: em que espaços poderemos inscrever este tipo de homenagens? De que maneira “actua” a estátua imperial nestes espaços específicos? O que nos sugerem as estátuas, assim contextualizadas, sobre as formas de implantação do culto imperial?

Vejam os primeiros aspectos: a inserção dos monumentos num “quadro” de homenagem.

1. O enquadramento dos espaços de culto

Aceitando a ideia do impacto das efígies imperiais no quadro mais vasto da propaganda imperial, e deixando para já de lado a sua discussão, importa-nos saber em que locais específicos estas imagens cumpriam objectivos de comemoração e de culto ao Imperador. Começaremos por ver primeiramente em que espaços se inscrevem as homenagens de que temos notícia, e de que forma estes espaços se articulam ou não com determinadas formas de organização política e administrativa. Serão as estátuas imperiais vistas no quadro das cidades, das *villae*, dos *vici*. Desta abordagem poderemos partir para uma outra: a inserção destas homenagens nos seus destinos específicos, aquilo a que pode chamar-se o antigo círculo de actuação das efígies imperiais. Serão as estátuas vistas no templo, no *forum*, na basílica, no teatro, nas termas públicas, nas residências privadas.

Façamos uma síntese das indicações que temos e dos problemas que nos põem. O quadro que se segue apresenta o conjunto completo das referências a estátuas imperiais: as estátuas propriamente ditas e aquelas de que há vestígio através da epigrafia ⁴.

³ Reunimos, para este artigo, o conjunto das referências a imagens imperiais existente em Portugal. Articularam-se, para isso, as estátuas propriamente ditas com os dados epigráficos, procedendo a um levantamento dos pedestais de que há notícia. Este último conjunto de referências constitui um catálogo que integra este trabalho. Sobre a escultura veja-se a obra de Souza, V., CSIR, 1990.

⁴ O critério seguido foi o da ordenação das figuras imperiais segundo uma ordem cronológica. As peças não datadas vêm no final, segundo uma ordem geográfica, do sul para o norte do País.

Imperador ou Membro da Família Imperial	Estátuas	Ref. epig.	Local do achado		Datação	Observações
				Estatuta		
Augusto		f. 2	Braga (<i>Bracara Augusta</i>)		séc. I a.C. (3 a.C.)	
?	Estátua feminina sentada num trono (CSIR 5)		Vale de Agueiro, Beja	<i>Villa</i>	séc. I	Época de Augusto. Estátua de deusa ou de imperatriz?
Agripa Póstumo		f. 1	Braga (<i>Bracara Augusta</i>)		séc. I (entre 4 e 7 d.c.)	Filho de <i>Marcus Agrippa</i> e de <i>Lulia</i> , filha de Augusto. Pedestal?
Augusto	Retrato colossal (CSIR 150)		Tomar (<i>Sellium</i>)	Capital de <i>civitas</i>	séc. I	Retrato possivelmente póstumo
Augusto	Retrato (CSIR 10)		Mértolo (<i>Myrtilis</i>)	Capital de <i>civitas</i>	séc. I	Época de Cláudio
Augusto	Cabeça e fragmento da base de estátua togado (CSIR 30)		<i>Conimbriga</i>	Capital de <i>civitas</i>	séc. I	Estátua de tamanho maior do que o natural, de modelo "Primo Porto". Retrato reaproveitado (do imperador Calígula?)
Augusto (Divo)		f. 8	Lisboa (<i>Olisipo</i>)	Capital de <i>civitas</i>	séc. I (1º quartel?)	
Lívia	Retrato (CSIR 34)		Coimbra (<i>Aeminium</i>)	Capital de <i>civitas</i>	séc. I (dé- codo 40 d.c.)	Poderá ser uma réplica de retrato de "Lívia tipo Salus"?
Agripino Maior	Retrato (CSIR 32)		Coimbra (<i>Aeminium</i>)	Capital de <i>civitas</i>	séc. I	Réplica do "tipo Capitólio de Veneza", da época de Calígula ou Cláudio.
Cláudio	Retrato (CSIR 155)		Alcôzer do Sal (<i>Salacia</i>)	Capital de <i>civitas</i>	séc. I	
Agripina Minor	Fragmentos de uma cabeça (CSIR 36)		<i>Conimbriga</i>	Capital de <i>civitas</i>		Penteado semelhante ao do tipo I de Nápoles-Parma

Imperador ou Membro da Família Imperial	Estátuas	Ref. epig.	Local do achado		Datação	Observações
				Estatuto		
Agripina Minor	Busto (CSIR 121)		Milreu	Villa		Obra de grande qualidade artística; réplica do "tipo Milão- -Florença"
?	Fragmento de estátua couraçada (CSIR 22)		Beja (<i>Pax Iulia</i>)	Capital de <i>civitas</i> e de <i>conventus iuridicus</i>	séc. I	Estátua imperial?
?	Fragmento de uma estátua colossal couraçada (CSIR 48)		Conimbriga	Capital de <i>civitas</i>	séc. I	Obra de grande qualidade artística. Estátua imperial?
?	Estátua viril (CSIR 37)		Conimbriga	Capital de <i>civitas</i>	séc. I (<i>meados</i>)	As grandes dimensões da peça e a coroa sugerem uma estátua imperial
Vespasiano	Retrato (CSIR 39)		Coimbra (<i>Aeminium</i>)	Capital de <i>civitas</i>		Poderá tratar-se de um reaproveitamento de retrato de Nero.
Trajano	Retrato colossal (CSIR 41)		Coimbra (<i>Aeminium</i>)	Capital de <i>civitas</i>		
?	Torso de estátua couraçada (CSIR 68)		Herdade da Sempre Noiva, Arraiolos	Villa?	séc. II	Época de Trajano. Obra possivelmente local. Estátua imperial?
Adriano	Busto (CSIR 124)		Milreu	Villa	séc. II	Inícios do reinado de Adriano; réplica do "tipo Chiaromonte"
Antonino Pio		f. 7	Leiria (<i>Collippo</i>)	Capital de <i>civitas</i>	séc. II (167 d.c.)	A peça terá vindo provavelmente de S. Sebastião do Freixo, povoação que corres- ponde a <i>Collippo</i>
Foustina ?		f. 10	Lisboa (<i>Olisipo</i>)	Capital de <i>civitas</i>	séc. II?	Mulher de Marco Aurélio

Imperador ou Membro da Família Imperial	Estátuas	Ref. epig.	Local do achado		Datação	Observações
				Estatuto		
Lúcia Vero		f. 11	Ermida da Espirita Santa	Capital de <i>civitas</i>	séc.II (finais de 166)	O pedestal terá vindo provavelmente, de S. Salvador de Aramenha, pavaação correspon- dente a <i>Ammia</i> romana
Cómodo		f. 9	Lisboa (<i>Olisipo</i>)	Capital de <i>civitas</i>	séc.II?	
Galieno	Retrato (CSIR 127)		Milreu	<i>Villa</i>	séc. III	Inícios do reinado de Galieno
Aureliano		f. 6	Fara (<i>Ossonoba</i>)	Capital de <i>civitas</i>	séc. III (274 d.c.)	
?		f. 4	N.º. Sr.ª. d'Aires, Viana do Alentejo	<i>Vicus</i>	séc.IV?	
?	Fragmento de estátua coraçada (CSIR 130)		Milreu	<i>Villa</i>		Estátua imperial?
?		f. 5	Évora (<i>Ebora</i>)	Capital de <i>civitas</i>		
?		f. 12	Sítio da Junceira, Vale de Cavalos, Chamusca	<i>Vicus</i> ?		Baixo-Império?
?	Fragmentas de estátua coraçada (CSIR 49)		<i>Conimbriga</i>	Capital de <i>civitas</i>		Estátua imperial?
?	Fragmento de pata de cavalo (f.28)		<i>Conimbriga</i>	Capital de <i>civitas</i>		Estátua imperial equestre?
?	Retrato colossol (CSIR 45)		Babadela	Capital de <i>civitas</i>		As dimensões da peça e a coroa su- gerem uma estátua imperial
?	Torso de estátua coraçada (CSIR 132)		Póvoa de Mileu, Guarda	<i>Villa</i>		Estátua imperial?

Dos exemplares apresentados destacaremos em primeiro lugar a primazia ocupada pelos núcleos urbanos que funcionaram como sedes de *municipia* e capitais de *civitates* ⁵. O facto não é estranho. O culto imperial tem nestes espaços o enquadramento necessário à implantação de templos e ao recrutamento da “classe” sacerdotal, ligada às élites de governo locais ⁶. Importaria, no entanto, conhecer melhor a cronologia da instalação do culto imperial nestes núcleos urbanos, cronologia que é na maior parte dos casos difícil de precisar.

Ossonoba terá recebido de César ou Augusto o estatuto municipal⁷. A cronologia da instalação do culto é imprecisa, mas conhecem-se referências epigráficas a sacerdotes ⁸. Um pedestal a Lúcio Domício Aureliano foi aí dedicado, no século III, pela república ossonobense, *ex decreto ordinis*. A homenagem, dedicada ao génio e majestade de Aureliano (*numini maiestatique*), documenta um momento importante na evolução do culto imperial: o momento em que se afirma a divinização do imperador ⁹.

Um retrato de Augusto é a única estátua imperial proveniente de *Myrtilis*, sede de *municipium* e importante porto fluvial ¹⁰, retrato póstumo da época de Cláudio. É possível, todavia, que algumas das

⁵ Salientemos a ausência de estátuas imperiais em algumas *civitates* como, por exemplo, *civitas Igaeditanorum* ou *civitas Aravorum*, *civitates* onde o culto imperial não se encontra atestado. A ausência de imagens vem, pois, confirmar, nestes casos, um dado já atestado pela ausência de outras referências. Em *Collippo* não temos provas seguras da existência de culto organizado, mas é provável que este existisse, dada a natureza e qualidade de algumas inscrições, como é exemplo o pedestal a Antonino Pio (f. 7).

⁶ Sobre a organização do culto imperial nos inícios do séc. I, veja-se Étienne, R., 1974, p. 405-432.

⁷ RP II, fasc. 3, p. 209-210.

⁸ Veja-se IRCP p. 50-51; 58-59; 759, onde se dá conta de um flâmine provincial (IRCP 7) e dois séxviros (IRCP 11) em *Ossonoba*. Este último monumento, onde se identificam os dois sacerdotes, é datável do século II.

⁹ Veja-se a este propósito Étienne, R., 1974, p. 504-512; 517.

Esta dedicatória deverá relacionar-se com a homenagem a Valeriano, encontrada na mesma cidade e de formulário idêntico (IRCP 3). As duas epígrafes documentam, segundo J. Encarnação, o perfeito funcionamento das estruturas municipais numa época que se caracteriza, precisamente, pela instabilidade governativa e pela crise generalizada. É à posição geo-estratégica de *Ossonoba* e ao seu desenvolvimento comercial que devemos ir buscar a explicação deste florescimento (IRCP, p. 44-47)

¹⁰ Alarcão, J., RP. II, fasc., 3, p. 201-203.

estátuas referidas por André de Resende representassem também imperadores ¹¹.

Em *Olisipo* a organização do culto imperial datará da época de Tibério ¹². As homenagens a imperadores ou membros da família imperial são em número considerável ¹³; encontram-se entre elas os pedestais a *Divo Augusto* e *Cómodo* e uma estátua, hoje desaparecida, e que foi identificada com a imperatriz *Faustina*, mulher de *Marco Aurélio*.

Da época de Tibério é também a instalação do culto em *Pax Iulia* ¹⁴. São várias as referências a flâmines e augustais ¹⁵; em contrapartida não se encontraram até à data peças escultóricas que possam identificar-se de forma segura com personagens imperiais. Um fragmento de estátua couraçada pode constituir a exceção, exceção que apesar de tudo apresentamos com dúvidas.

De *Conimbriga*, *oppidum* pré-romano cuja urbanização profunda se inicia com o primeiro imperador, chegaram-nos algumas peças cuja datação se circunscreve ao século I. As únicas personagens identificadas são *Augusto* e *Agripina Minor*, mas é possível que alguns dos outros fragmentos correspondam a estátuas de imperadores flávios, homenagens que poderiam ter acompanhado a segunda fase de urbanização deste *oppidum*, que recebe também dos Flávios a categoria de *municipium* ¹⁶. *Conimbriga* poderá ser um dos casos em que a instalação do culto antecede a municipalização do povoado. A construção do *forum* augustano, algumas das peças escultóricas aí encontradas e o achado de uma inscrição a *Divo Augusto*, consagrada por um flâmine provincial entre 14 e 42 d.C., sugerem-no claramente. No entanto, a ausência de menções a flâmines, flamínicas ou outros sacerdotes do culto, impede esclarecimentos mais precisos ¹⁷.

¹¹ G. Pereira cita a referência de André de Resende a oito ou dez estátuas encontradas em Mértola. Cfr. Pereira, G., 1890, p. 169-171.

¹² Alarcão, J., 1988 (1), p. 178.

¹³ Veja-se Silva, V., 1944.

¹⁴ Alarcão, J., 1988 (1), p. 178.

¹⁵ IRCP, p. 759.

¹⁶ RP II, fasc. 2., p. 98-101.

¹⁷ Para Alarcão, J., a inscrição ao *Divo Augusto* poderá indicar a instalação do culto imperial em *Conimbriga* nesta altura, instalação que poderia ter sido protagonizada pelo flâmine que consagra a homenagem. (Alarcão, J., 1988 (1) p. 178).

Em *Salacia* e Bobadela há referências a sacerdotes do culto imperial, referências que permitem assegurar a instalação e organização do culto. No primeiro caso esta instalação deverá ter acontecido com Cláudio ou Vespasiano ¹⁸. Em Bobadela a cronologia desta implantação é incerta ¹⁹. Imprecisas são também as referências à forma como se organizou o culto imperial em *Ebora*. A dedicatória feita em *Collippo* a *Laberia Galla*, flamínica de *Ebora* e da *Lusitania* é testemunho seguro da implantação do culto neste *municipium*. A existência de um templo ao culto imperial, de fins do séc. I ou inícios do II ²⁰, onde se encontraram um pedestal e um fragmento de estátua, confirma este dado mas não nos ajuda a datar a sua implantação.

Um retrato póstumo de Augusto proveniente de *Sellium* poderá talvez entender-se, segundo J. Alarcão, como um marco que poderia ter acompanhado a instalação do culto nesta capital de *civitas* ²¹. Talvez as estátuas de Lívia e Agripina Maior correspondam em *Aeminium* a este mesmo fenómeno; neste caso, a inauguração do culto seria, tal como em Conimbriga, anterior aos Flávios. Todavia, os dois retratos representando Vespasiano e Trajano, e encontrados também no criptopórtico de *Aeminium*, poderão apontar para uma cronologia mais tardia. Num como no outro caso a ausência de referências mais seguras impede certezas.

¹⁸ De *Salacia*, núcleo de extrema importância económica até meados do séc. I, temos referências muito significativas ao culto imperial. A cronologia precisa da inauguração do culto é difícil: o retrato de Cláudio (CSIR 155) e algumas outras referências à época Júlio-Claudianiana apontariam para uma implantação de inícios do Império. Não será de excluir, todavia, uma cronologia flaviana a que a inscrição mencionando uma flamínica da província da Lusitânia e perpétua da colónia Emeritense e do Município Salaciense, datada desta época, ajuda a sugerir (IRCP 183, p. 254-255). De qualquer forma, todas as referências apontam para a importância de *Salacia* como centro importante do culto imperial, importância que se circunscreve, neste capítulo, ao século I. A perda de importância de *Salacia* como centro económico parece ser confirmada ou acompanhada por uma perda de importância como centro “organizador” do culto imperial. Veja-se a este propósito IRCP, p. 254-264; 759, RP II, fasc. 2, p. 132-133 e ainda Alarcão, J., 1988 (1), p. 178.

¹⁹ A dificuldade em identificar o retrato imperial aí encontrado (CSIR 45) não ajuda a resolver as dúvidas relativamente à cronologia da fundação e urbanização de Bobadela. A identificação com um imperador flávio teria sido argumento a favor de uma renovação flaviana deste núcleo urbano, renovação que talvez pudesse ter sido acompanhada pela organização do culto imperial nesta época. Cfr. RP, II, fasc. 1, p. 67.

²⁰ O templo romano de Évora, datado de fins do séc I / inícios do II, deverá tratar-se de um templo ao culto imperial, implantado no *forum* da cidade romana. (RP II, fasc. 3, p. 159-160).

²¹ Alarcão, J., 1988 (1), p. 178.

Finalmente as homenagens ao jovem *Agrippa* (filho de *Marcus Agrippa* e de *Iulia*) e a Augusto, aceitando a hipótese de se tratarem de pedestais de estátuas, remetem-nos para um momento inicial da implantação do culto na Península Ibérica em que a inexistência de templos e classe sacerdotal não impedia a consagração de homenagens ao imperador ou a personagens ligadas à família imperial. Ambas as referências deverão relacionar-se com a visita que entre 4 e 1 a.C. *Paullus Fabius Maximus*, governador da Citerior, efectuou ao norte da Península, nomeadamente a *Bracara Augusta* e *Lucus Augusti*. Para A. Tranoy a missão do governador terá sido implantar o culto imperial nestas regiões, missão que se concretizará, no caso de *Bracara Augusta*, numa homenagem a Augusto e na dedicatória ao jovem *Agrippa*, entre outras ²².

Da articulação entre o estatuto de determinados núcleos urbanos e a existência de monumentos honoríficos a figuras imperiais poderemos tirar alguns indicadores sobre a forma como o culto imperial se relaciona com determinadas formas de organização política e administrativa. A primazia ocupada pelas capitais de *civitates* e sedes de *municipia* permite-nos constatar a “vocação” urbana do culto ²³. Esta vocação é compreensível. O poder jurídico, político e religioso do imperador tinha aí o seu espaço natural de actuação. Esta vocação será concretizada de uma forma eficaz a partir da época de Tibério, altura em que o culto se organiza em redor de templos e de sacerdotes, sacerdotes cujas carreiras seguem de perto a história das elites da administração local ²⁴.

²² Tranoy, A., 1981, p. 328, diz a este propósito: “On saisit donc un aspect essentiel de la politique augustéenne envers les provinces récemment conquises. Le culte impérial y est introduit officiellement en même temps que s’y développe le culte dynastique pour les héritiers d’Auguste”. Veja-se ainda Le Roux, P., 1975, p. 155-159, que data a dedicatória ao jovem *Agrippa* entre 4 e 7 d.C.

²³ H. G. Niemeyer parece ter chegado a uma conclusão diferente para a Bética, embora a sua base de trabalho compreenda toda a escultura romana desta província e não só a escultura imperial. De qualquer forma, e mesmo atendendo a esta diferença relativamente ao nosso trabalho, diferença que não é só de número mas também de tipologia de peças, constata-se que a distribuição dos achados não segue a localização das *colonias* e *municipia* da Bética. Pergunta-se o autor: poderá este facto demonstrar a riqueza económica dos encomendantes de estátuas ou reflectirá o seu índice de romanização? (Niemeyer, H.G., 1977, p. 918).

²⁴ Cfr. Étienne, R., 1974, p. 405-432.

É possível perceber também, e mesmo com os poucos dados que reunimos, as primeiras mostras de fidelidade ao imperador que acompanham nalguns locais a chegada recente do poder de Roma. Estes testemunhos revestem-se de características especiais uma vez que se articulam com as primeiras obras de urbanização e de implantação das estruturas administrativas. A “vocaçãõ urbana” do culto talvez se defina aqui de uma outra forma; não decorre de estruturas já implantadas mas acompanha-as e é garante da sua implantação. O caso de *Bracara Augusta* é exemplificativo. As homenagens ao jovem *Agrippa* e a *Augusto* reproduzem a necessidade de honrar o imperador e o princípio dinástico num *oppidum* cuja municipalização só se concretizará com os Flávios ²⁵.

As homenagens em *villae* e *vici* levam-nos a uma questão um pouco diferente. O espaço de actuaçãõ das figuras imperiais tem nestes casos que ser confrontado com uma outra realidade: a inexistência de vida política e administrativa que dê espaço a essas homenagens e a ausência de “classe” sacerdotal e locais sagrados de consagraçãõ que lhes dêem corpo.

Dos exemplares recolhidos em território actualmente português, neste tipo de estabelecimento, ocupa um lugar de destaque a *villa* de Milreu. Situada a alguns quilómetros de Faro, a *villa* foi durante longo tempo identificada com *Ossonoba*. A monumentalidade dos edifícios e o achado de dois retratos, nas escavações do século passado, terão provavelmente conduzido a esse erro, só desfeito em meados deste século. Ao retrato de Galieno encontrado nessas primeiras escavações, acrescentaram-se em 1968 o achado de mais dois, um de *Agripina Minor* e outro de *Adriano* ²⁶.

Se Milreu se destaca pelo número e a qualidade dos exemplares encontrados, a presença deste tipo de representaçãõ numa *villa*, poderá não ser única. A poucos quilómetros de *Pax Iulia*, em Vale de Agueiro, foi encontrada uma estátua feminina sentada num trono, que poderá

²⁵ Veja-se a este propósito Tranoy, A., 1981, p. 328. Sobre a cronologia da municipalização de *Bracara Augusta* e para uma síntese sobre a sua evolução na época romana, veja-se ainda RP, II, fasc. 11, p. 10-12.

²⁶ Cfr. Hauschild, T., 1984, p. 94-99.

representar uma imperatriz. Associada a vestígios notáveis de uma *villa* romana, entre os quais se contam restos de um templo e diversos fragmentos de peças escultóricas ²⁷, é uma obra de boa qualidade artística da época de Augusto.

Da Póvoa de Mileu provém uma estátua couraçada, encontrada também numa *villa* ²⁸, que poderá datar-se da época de Trajano. A peça poderá representar um imperador (talvez Trajano) em traje militar, representação relativamente comum na iconografia imperial, imagem do chefe político e militar. Talvez não deva excluir-se, no entanto, a possibilidade de se tratar da representação de um particular, talvez um dos proprietários da *villa*. A peça de Póvoa de Mileu encerra a escultura imperial que podemos associar a vestígios de *villae* ²⁹. Uma outra prova de que as homenagens ao imperador poderiam ocorrer deslocadas de centros urbanos importantes é ainda o pequeno pedestal encontrado em N^a Sr^a de Aires, cuja fórmula *Bono Reipublicae Nato* remete para uma consagração feita no Baixo Império. A peça procede de uma importante estação arqueológica que J. Alarcão identifica com um *vicus* situado na fronteira do *territorium* de *Ebora* ³⁰. Talvez neste caso não deva excluir-se a existência de algumas formas de organização administrativa, que se tornariam necessárias à organização de um povoado de grandes dimensões e com uma intensa vida económica. De qualquer maneira, esta prova de fidelidade ao imperador surge num quadro que poderíamos à partida considerar menos habilitado à consagração deste tipo de homenagens.

Um outro caso é o do pedestal aparecido no Sítio da Junceira com uma inscrição idêntica (f. 12). Junceira, a 15 quilómetros de Santarém, talvez corresponda a um *vicus* do *territorium* de *Scallabis* ³¹.

A presença de estátuas imperiais nestes contextos revela-nos uma

²⁷ RP II, fasc. 3, p. 196.

²⁸ RP II, fasc. 1, p. 63.

²⁹ Na ausência de outros vestígios torna-se difícil integrar um outro torso de estátua couraçada, decorada com uma cabeça de Medusa e proveniente da Herdade da Sempre Noiva. Tratar-se-á de uma *villa*? Cfr. RP II, fasc.3, p. 158.

³⁰ J. Alarcão chama a atenção para a área verdadeiramente notável deste *vicus*, cujas ruínas se estendem por uma superfície de cerca de 10 hectares, quase o equivalente ao espaço ocupado por Conimbriga. Cfr. RP II, fasc. 3, p. 162.

³¹ RP, II, fasc. 2, p. 116.

faceta interessante do culto imperial. Que reflectem uma fidelidade ao imperador que ultrapassa a organização formal do culto, pode ser um dos aspectos a realçar. Que nos remete para uma das funções dos retratos imperiais, por vezes difícil de captar em grandes núcleos urbanos, será talvez uma outra constatação e uma outra abordagem a fazer.

Os círculos de actuação dos retratos imperiais

Vimos já que, de uma maneira geral, os retratos imperiais têm como origem um local urbano ³². Se esta primeira constatação nos dá indicadores importantes relativamente à forma como se organiza o culto em termos espaciais e em função de determinados tipos de organização política ou administrativa, interessar-nos-ia saber o contexto original dos achados, contexto que nos fornece um dado que deve entender-se como fundamental: o do círculo original de actuação das efígies imperiais.

Este problema remeter-nos-á para o da função religiosa, política e jurídica dessa imagens, representativas do poder e catalizadoras de um culto. As efígies imperiais cuja primeira função era a de actuar perante o público ³³ necessitam, neste ponto de vista, que ser contextualizadas, sob pena de não podermos compreender a sua eficácia. Ou dito de outra forma: decidir entre um dos vários destinos possíveis de uma estátua imperial é compreender-lhe a função e o sentido. Se uma estátua de um templo é em princípio uma estátua de culto já uma outra colocada numa basílica teria preferencialmente um sentido de garante legal e jurídico às sessões públicas que aí tivessem lugar.

Na maior parte dos casos, e tratando-se de peças que provêm de núcleos urbanos, a indicação imediata é a de que estariam colocadas no *forum*. É esta a regra que seguimos, por vezes de forma quase automática, para as peças provenientes de *Ebora*, *Conimbriga*, *Aeminium*, *Ossonoba*, *Myrtilis*, *Ammaia*, *Salacia*, *Olisipo*, *Sellium*, *Collippo*, *Bobadela* e *Bracara Augusta*. Nalguns casos podemos ter algumas certezas sobre esta

³² Esta constatação é já feita por Balil, A., para o conjunto da escultura imperial da Península Ibérica, que todavia não especifica o estatuto jurídico destes núcleos urbanos. Para este autor "en el desarrollo de la retratística imperial en la Península contaron mas las élites urbanas que los individuos aislados". Balil acentua ainda a concentração de retratos e inscrições honoríficas a imperadores, na Bética e Citerior Mediterrânica. (Balil, A., 1974, p. 104-105)

³³ A expressão é de Niemeyer, H., 1968, p. 28.

localização. É o caso das estátuas procedentes de *Aeminium*, encontradas no criptopórtico construído para implantar o *forum*, ou o das peças de *Conimbriga* e de *Ebora*. Nos restantes casos a indicação é automática na medida em que é desprovida de uma certeza arqueológica. De qualquer forma, o *forum*, numa peça proveniente de um local urbano, é o contexto lógico de efígies comemorativas e honoríficas que tinham aí o seu espaço privilegiado de actuação e eficácia e, talvez, este facto possa justificar esse “automatismo”. Se esta primeira indicação já é valiosa por si, importaria ter indicações precisas sobre o local exacto da sua colocação neste espaço público. Colocadas no *forum*, mas onde exactamente? Para a maioria dos exemplares, a proveniência exacta no âmbito deste espaço é difícil de precisar. Aceitemo-lo para já como o contexto “natural” das estátuas imperiais e atentemos ao caso de *Conimbriga*. Um número razoável de estátuas imperiais foi aí encontrado e as descrições sobre o contexto destes achados podem dar-nos sugestões que importará tomar em consideração.

Um primeiro aspecto a destacar, relativamente ao conjunto total de peças escultóricas encontradas em *Conimbriga*, é a de que provêm na sua quase totalidade da zona do *forum*. Encontramo-las no templo ao culto imperial, no criptopórtico e ruas adjacentes, ou na própria praça. Um outro aspecto interessante é a presença considerável de escultura imperial, presença tanto mais notável quanto contrasta com o número extraordinariamente escasso de inscrições mencionando figuras imperiais ou sacerdotes do culto ³⁴.

Uma estátua de Augusto, encontrada no criptopórtico, procederá muito provavelmente da *cella* do templo imperial ³⁵. Da estátua original, de quase três metros de altura, chegaram-nos a cabeça e a base (CSIR 30). O imperador aparece representado num retrato póstumo, segundo o modelo de “Prima Porta”. Ainda da área do templo é natural que provenha um retrato representando Agripina Minor e datado da década de 40 d.C., encontrado também no criptopórtico (CSIR 36). Desta zona é ainda uma estátua de tronco desnudo e manto enrolado

³⁴ Para P. e M. Lévêque a concentração considerável de esculturas imperiais terá que ligar-se, precisamente, com os locais onde as peças foram encontradas, na zona do templo ou espaço circundante, locais onde seria de esperar encontrar este tipo de representação. Continuamos, no entanto, sem explicação para a ausência de inscrições honoríficas a imperadores que se deveriam enquadrar também nestes espaços. (*Fouilles II*, p. 235).

³⁵ A sugestão é de P. e M. Lévêque (*Fouilles II*, p. 237).

na cintura, representação colossal datada de meados do séc. I. A peça foi só rudemente trabalhada atrás e talvez se enquadrasse, contra uma parede, no interior do templo (CSIR 37). Alguns outros fragmentos de estátuas de grande dimensão, encontradas na mesma área ³⁶, poderiam talvez corresponder a figuras imperiais colocadas no interior do templo ou num dos pedestais da fachada ³⁷.

Uma estátua couraçada, encontrada muito fragmentada numa zona adjacente ao *forum*, poderia representar uma figura imperial, eventualmente colocada num dos vários pedestais dispostos a toda a volta desta praça pública (CSIR 49). Uma representação equestre é-nos sugerida por um fragmento de pata de cavalo (f. 3), que é tentador associar a um grande pedestal encontrado na fachada sul da praça lajeada do *forum*. A peça deveria representar um imperador mas não deverá excluir-se a possibilidade de uma homenagem a um magistrado ou outro notável da cidade, possibilidade que alguns exemplos atestados, por exemplo em Pompeia, nos obrigam a pôr ³⁸.

A escultura encontrada em *Conimbriga* dá-nos alguns dos contextos possíveis para as imagens imperiais colocadas no *forum*.

Temos, em primeiro lugar, o templo, neste caso o templo ao culto imperial. É esta a localização segura de algumas das peças de *Conimbriga* e das encontradas em *Ebora*. É ainda possível que algumas das outras homenagens, provenientes de núcleos urbanos, tivessem também este enquadramento. H. Niemeyer fala-nos do que é provavelmente o exemplo mais antigo neste tipo de representações: uma estátua de Augusto em traje de Júpiter que foi encontrada juntamente com uma representação de Livia num templo dos inícios do Império ³⁹. Da época de Vespasiano será o grupo de esculturas de um templo em Olimpia, em que figuram membros da casa imperial

³⁶ *Fouilles II.*, n° 12 e 15, p. 244-245.

³⁷ Estes pedestais sob a forma de grandes blocos, ligados ao *podium* do templo e erguidos ao nível do *pronaos*, serviriam com toda a certeza de bases de estátuas e inscrevem-se nas obras de urbanização da época flávia. Cfr. Alarcão, J., e Étienne, R., 1980, p. 53.

³⁸ Mau, A., 1973, p. 46-47. Num dos pedestais destinados a acolher estátuas equestres encontrados no *forum*, o homenageado foi *Q. Sallustius, Dumnvir, Quinquennial Dumnvir* e patrono da colónia.

³⁹ Niemeyer, H. G., 1968, p. 30. Para este autor este tipo de representação deve ter sido comum nos templos de Augusto espalhados pelo Império.

flávia e da dinastia precedente, entre as quais Augusto e Cláudio. Em Cirene, num templo a Cómodo duas estátuas de Trajano e Adriano devem ter servido como “pano de fundo” à estátua daquele imperador e servido de “propaganda” ao seu programa de governo ⁴⁰. Estes exemplos ajudam a salientar um facto de primordial importância: imagens de culto, mas também símbolos de poder, as imagens imperiais no templo espelham as transformações políticas do Império e do culto ao imperador. E espelham-nas porque, precisamente, servem de forma privilegiada a “panegírica figurativa” da família imperial ⁴¹.

Temos, para além do templo, a praça lajeada do *forum*. Um grande número de estátuas imperiais seriam aí posicionadas, juntamente com representações de magistrados ou outros notáveis da cidade ⁴². Colocadas em pedestais ou em arcos de triunfo poderiam representar de forma variada o imperador, em estátuas equestres, togadas, couraçadas ou ideais ⁴³.

De outros espaços as peças de *Conimbriga* não nos dão indicações. Conhecemo-los, no entanto, por exemplares recolhidos noutras zonas do Império.

Dentre os edifícios que normalmente faziam parte do *forum*, a basílica seria um dos locais privilegiados para a colocação de imagens imperiais. Nos exemplos conhecidos o imperador aparece em toga ou em traje militar. Em alguns casos, juntam-se às imagens imperiais algumas representações de particulares, como é o caso da basílica de Velleia, em que para além das estátuas de Calígula (transformada em representação de Cláudio), de Lúvia e de Domiciano (transformada em Nerva), aparecem

⁴⁰ Niemeyer, H. G., 1968, p. 30.

⁴¹ A expressão é de Niemeyer, H. G., 1977, p. 917.

⁴² A. Mau resume para a praça do *forum* de Pompeia o tipo de representações que aí poderiam ter lugar: em quatro pedestais de um dos lados do *forum* estariam estátuas de cidadãos notáveis. A estas quatro juntar-se-iam estátuas equestres, também de cidadãos. No lado sul do *forum* e no centro da praça estariam colocadas as estátuas de imperadores ou membros da família imperial, entre os quais Augusto, Cláudio, Agripina e Nero. Algumas destas representações (a do centro da praça por exemplo) seriam estátuas equestres. Algumas outras peças, representando imperadores ou membros da família, estariam em arcos. Num destes era provável que se representasse Tibério, numa estátua equestre. Cfr. Mau, A., 1973, p. 46-48.

⁴³ Souza, V., 1986, p. 133-134.

retratos de personagens locais ⁴⁴. Um outro local seria a cúria ⁴⁵, embora as efígies imperiais fossem aí menos frequentes ⁴⁶.

De outros locais, dentro dos núcleos urbanos, destacaremos o teatro. Destinadas muito provavelmente a nichos na *scaenae frons* as estátuas imperiais poderiam, ainda que pontualmente, integrar-se em “programas” iconográficos, programas que exigiriam harmonia no tamanho das peças a agrupar e na escolha das representações, para que se integrassem de forma perfeita num grupo. Contudo, a variedade e quantidade de esculturas a colocar num teatro eram tão grandes que este “programa”, quando o houvesse, deveria cingir-se a alguns agrupamentos destinados a locais específicos do edifício. As representações do imperador, comuns nestes edifícios, aparecem juntamente com estátuas de deuses, musas, silenos, sátiros, etc ⁴⁷. Talvez provenha do teatro de *Olisipo* uma cabeça feminina identificada com a imperatriz Faustina, e que com dúvidas incluímos no nosso catálogo (f. 10)

Sabemos ainda da presença de estátuas imperiais em templos de outras divindades, em termas públicas ou anfiteatros ⁴⁸ mas é impossível inserir os nossos exemplares nestes contextos. A presença deste tipo de representação em recintos privados, sejam residências particulares de núcleos urbanos ou *villae* rústicas, está já suficientemente documentada

⁴⁴ Niemeyer, H.G., 1968, p. 32-33.

⁴⁵ Na cúria, como na basílica, os exemplos conhecidos em Roma e Timgad representam o imperador togado ou couraçado. (Niemeyer, H.G., 1968, p. 31-32).

⁴⁶ Em relação às peças escultóricas de *Conimbriga*, o facto de não as podermos associar a este tipo de edifícios públicos é perfeitamente compreensível. De facto, a renovação flaviana do *forum* excluiu deste espaço a basílica e a cúria, que deverão ter sido implantados numa zona da cidade ainda não escavada. Se porventura houve peças escultóricas na basílica do *forum* augustano elas, muito provavelmente, foram reintegradas no novo edifício flaviano, deslocado do *forum*, ou colocadas num outro qualquer espaço. Cfr. a propósito da renovação flaviana de *Conimbriga*, Alarcão, J. e Étienne, R., 1980, p. 51-55.

⁴⁷ No teatro de Mérida, por exemplo, ao lado de representações de imperadores e membros da família imperial Júlio-Cláudia, aparecem, entre outras, representações de Dioniso, Vénus, Ceres, para além de silenos e sátiros. Veja-se sobre a escultura presente em teatros o trabalho de Fuchs., M., que inventaria toda a escultura encontrada em teatros romanos de Itália e da zona ocidental do Império. Cfr. Fuchs, M., 1987, p. 197-211. Veja-se ainda, para o problema específico das representações imperiais em teatros, Niemeyer, H. G., 1968, p. 33-34.

⁴⁸ Veja-se, para o problema das estátuas imperiais nestes recintos, Niemeyer, H. G., 1968, p. 35.

noutras zonas do Império ⁴⁹ para que não estranhemos a sua ocorrência na *villa* de Milreu ou outros espaços idênticos. Em Milreu esta presença destaca-se pela qualidade e pelo número de peças e talvez não deva ser posta de parte a hipótese de que esta *villa*, muito próxima de *Ossonoba*, tenha funcionado como residência de um funcionário imperial. O que talvez importe salientar, antes de mais, é o impacto que a presença de efígies imperiais em espaços privados representa, impacto que deve ser medido em termos da recepção da iconografia imperial no actual território português. Equacionar este problema será também, e antes de mais, compreender a função e a eficácia das estátuas imperiais nos seus círculos de actuação.

2. A propaganda iconográfica: natureza e função das imagens imperiais

Começemos por aceitar duas vertentes deste problema. A de que as estátuas do imperador exprimem uma das formas de representação oficial e desta forma servem a propaganda imperial. Neste sentido as imagens do imperador devem ser entendidas como um símbolo de poder. Poder político e militar mas também, e naturalmente, poder jurídico, legal. Num outro sentido, as imagens imperiais têm uma função religiosa, são imagens de culto. Tocam, enquanto estátuas de culto, uma esfera sagrada e desta maneira aproximam-se das estátuas dos deuses.

Estas duas vertentes do problema não se antagonizam. O culto imperial tem aliás como princípio de eficácia o ter conseguido transformar uma imagem de poder numa imagem de culto. Isto é, inserir numa esfera sagrada uma entidade ou entidades políticas. Desta maneira, e onde quer que as imagens imperiais estejam, no templo ou na praça pública, nas termas ou nas residências privadas, o cunho político e religioso acaba por ser uma e a mesma função.

Aceitar este princípio não invalida, contudo, planos diferentes de eficácia e, por conseguinte, planos ou níveis diferentes de função das

⁴⁹ Dwyer, E. J., refere a presença de estátuas de imperadores e homens de estado em casas de Pompeia, entre as quais se conta uma representação de *Agrippa* encontrada num jardim. (Dwyer, E. J., 1982, p. 127- 128). Veja-se ainda, Niemeyer, H. G., 1968, p. 35 e ainda Rollin, J. P., 1979, p. 145.

imagens imperiais. Aferir estes diferentes níveis torna-se difícil sem a integração da imagem no seu espaço original: o templo, a basílica, o *forum*, o teatro, etc. Dito por outras palavras, se uma estátua imperial colocada num templo é, pela natureza da personagem representada, uma imagem política, ela é antes de mais uma imagem de culto, quanto mais não seja porque envolvida num espaço sagrado. Por outro lado, se a mesma imagem colocada numa praça pública não poderá ser vista desligada do culto, ela é antes de mais uma representação oficial, uma representação do poder, um monumento público.

Visto assim, o problema pode apresentar uma outra complexidade. Vejamos para já um aspecto: enquanto representação imperial, a consagração de estátuas implicaria algum tipo de autorização para que pudesse ser copiada e posta a circular? De que forma controlava o imperador as suas imagens? A “panegírica figurativa” implicava acções directas do imperador relativamente às imagens colocadas em recintos públicos ou privados?

Ao que tudo leva a crer, as estátuas necessitariam de uma autorização imperial⁵⁰. A forma concreta de proceder a esta autorização, sobretudo para as zonas longe de Roma, é assunto que desconhecemos. Talvez uma das formas fosse indirectamente feita através dos arquétipos, o “Urbild” ou modelo a partir do qual as imagens seriam copiadas. Este arquétipo implicaria uma autorização para que determinada imagem circulasse e fosse reproduzida através do Império⁵¹. As estátuas, postas a circular provavelmente através de moldes em gesso⁵², trariam deste modo a autorização implícita do imperador. A cópia deste “Urbild” poderia

⁵⁰ As fontes são escassas e pouco claras mas parece ter havido intervenções imperiais relativamente à erecção de estátuas, intervenções asseguradas pelo *ius imaginum* imperial. A partir de Tibério parece ter-se estabelecido a regra da autorização imperial para a colocação e circulação de imagens imperiais, regra que terá sido seguida pelos Júlio-Cláudios. É impossível precisar, todavia, de que forma essa exigência era aplicada, sobretudo para as zonas fora de Roma. Esta regra não parece ter afectado, inicialmente, outras imagens. Cláudio parece ter estendido a exigência a outras estátuas, que não as imperiais, mas não se especifica quem pode dar essa autorização. Apesar da escassez de informação, Rollin acredita que o fabrico e circulação de estátuas imperiais deverão ter estado sujeitos a legislação rigorosa. Cfr. Rollin, J. P., 1979, p. 94-106.

⁵¹ É a adopção da tese do “Urbild” que permite encontrar, de uma região a outra do Império, constantes plásticas e iconográficas. Os “toques” diferentes permitirão, segundo Balty, ajudar a determinar “áreas” de influências locais e ateliers. De alguma maneira permitirão também compreender o impacte e a forma de recepção desses retratos nas diferentes províncias do Império. Cfr. Balty, J. C., 1978, p. 20-23.

assim ser feito por oficinas locais e o perigo de o imperador não controlar as suas estátuas seria atenuado. O *ius imaginum* permitia aos imperadores assegurar a reprodução, em perfeitas condições, das imagens que queriam ver reproduzidas e, pelo menos em alguns casos, dos locais onde queriam vê-las colocadas. Este poder permitia controlar as efígies que interessava fazer circular e ao mesmo tempo assegurar a legalidade das representações, preocupação que se acentuaria provavelmente no caso das moedas ⁵³. Uma série de medidas punitivas permitia, para além disso, proteger essas imagens de danos ou profanações ⁵⁴.

Destaquemos um outro problema: enquanto imagens de poder as estátuas imperiais substituem o imperador? Isto é, que sentido e que poder jurídico é dado a esta representação oficial?

Parece certo o papel jurídico das imagens imperiais, funcionando como um símbolo de poder que garante as acções dos mandatários imperiais ou assegura a legalidade de determinados processos públicos. Esta será a função das estátuas colocadas na basílica ou na cúria; a imagem do imperador testemunharia aqui os processos judiciais ou as reuniões do senado local ⁵⁵.

Em ambientes militares, esta função teria um sentido particular: o da ligação dos soldados ao imperador e do imperador aos seus soldados. A imagem de poder imperial ganharia aqui um cunho militar que não poderá desligar-se, todavia, dos aspectos do culto. Para J. P. Rollin a mais óbvia ligação entre o exército e o imperador é o facto de os acampamentos militares se terem tornado locais privilegiados do culto imperial. As estátuas imperiais começam aí a substituir as dos deuses ⁵⁶.

No entanto, parece também certo que a substituição legal do imperador só pode fazer-se através de pessoas, dos mandatários imperiais. Isto é, não podemos falar de uma substituição efectiva do

⁵² Veja-se, para uma síntese sobre alguns aspectos deste problema, o capítulo sobre escultura romana feito por Souza, V., 1986, p. 134.

⁵³ Rollin, J. P., 1979.

⁵⁴ Sobre as medidas punitivas que poderiam ser aplicadas relativamente a danos feitos às estátuas em geral e às imagens imperiais em particular, veja-se Rollin, J.P., que inventaria a legislação feita sobre este assunto e traça um quadro do seu desenvolvimento durante o Império. (Rollin, J. P., 1979, p. 151-191)

⁵⁵ Veja-se Rollin, J.P., 1979, p. 148-150 e Niemeyer, H. G., 1968, p. 31-33.

⁵⁶ Rollin, J. P., 1979, p. 96-98; 149.

imperador pela sua imagem. A substituição através de uma estátua será, nesta medida, simbólica. Deste simbolismo de poder assegurado pela presença de uma estátua imperial decorre, ainda que simbolicamente, um poder jurídico, e é neste sentido que a imagem imperial pode validar determinadas acções públicas. Apesar desta função, que parece indiscutível, não há legislação que permita a substituição efectiva do imperador através da sua imagem ⁵⁷.

Vejamus um outro aspecto. Enquanto imagens de culto, as estátuas imperiais sacralizam um espaço, criam um círculo protegido, um “recinto religioso”?

A resposta parece ser afirmativa. É esta, pelo menos, a opinião de J. P. Rollin que chega a afirmar a função de “asilo” dada pelas imagens imperiais. Esta função liga, numa mesma esfera, as imagens imperiais e as imagens dos deuses. A ideia de que uma representação de uma divindade assegura protecção, na medida em que define um espaço sagrado e portanto intocável, terá sido adaptada em relação às imagens imperiais. É a aceitação desta ideia que leva o mesmo autor a falar do uso de pequenas estatuetas imperiais nas casas particulares, colocadas juntamente com os Lares e ajudando a proteger a casa, ideia que parece poder depreender-se de expressões como *imaginem Caesaris praetulisset e effigiem imperatoris oppositam* ⁵⁸. A função de protecção e asilo poderá ter sido estendida aos próprios retratos imperiais, algumas vezes presentes na *domus* ⁵⁹.

As questões levantadas permitem-nos compreender alguns aspectos do problema que nos propusemos abordar: a natureza e funcionalidade das imagens imperiais. As conclusões a tirar são só aparentemente paradoxais:

- O simbolismo expresso por estas imagens, seja qual for o seu contexto, é ao mesmo tempo político, jurídico e religioso. A transformação de uma imagem de poder numa imagem de culto implica, precisamente, a interpenetração profunda entre

⁵⁷ A opinião é partilhada, com *nuances*, por diversos autores. Cfr. Rollin, J. P., 1979, p. 117-118; 123; 149-150.

⁵⁸ As expressões são, respectivamente, de Calístrato e Tácito. Cfr. Rollin, J. P., 1979, p. 145.

⁵⁹ Rollin, J. P., 1979, p. 143-145; 150.

⁶⁰ *Fouilles II*, nº 25, p. 51-52.

a esfera pública e sacra. Esta interpenetração implica uma funcionalidade múltipla e difusa das estátuas imperiais.

- A “especialização” destas funções far-se-á de acordo com o local e o sentido posto na colocação da estátua: em recintos públicos a imagem revelar-se-á preferencialmente com um cunho civil, político e militar; em recintos sagrados o sentido primordial será o da imagem do imperador como objecto de culto. Isto é, a imagem “age” de acordo com o seu círculo de actuação.
- A “especialização” de funções, no que toca à esfera privada, é mais difícil de captar. Em alguns casos a imagem imperial parece ter assumido o papel de um dos Lares, protectores da casa e da família. Noutros casos, o que parece ter acontecido é uma redução a uso privado dos monumentos colocados em espaços públicos.

A estátua imperial é uma imagem oficial que actua representando o imperador enquanto pessoa, enquanto instituição e enquanto “deus”.

Aspectos e formas do culto

Não é nossa intenção proceder a considerações alargadas sobre a forma como o culto imperial se implantou e evoluiu no actual território português. Este tema, pela dimensão das referências e problemática envolvidas, ultrapassa os objectivos deste trabalho. Limitar-nos-emos, pois, a salientar alguns aspectos que nos foram sendo sugeridos pela análise dos dados com que trabalhamos. Começamos esta abordagem com o caso de *Conimbriga*.

A ausência de inscrições votivas a imperadores, já referida anteriormente, é um dado para o qual não encontramos explicação, sobretudo atendendo ao número considerável de estátuas imperiais. É excepção uma dedicatória a *Divo* Augusto, dedicada por um flâmine da Lusitânia e provavelmente da época de Tibério, referência importante do culto ao primeiro imperador divinizado ⁶⁰. O problema das homenagens a divindades apresenta uma discrepância precisamente inversa. A ausência de estátuas é compensada por um número considerável de inscrições votivas. Também para este dado não

⁶¹ *Fouilles II*, nº 2, p. 20-21.

encontramos explicação. Será fruto do acaso ou revelará algo sobre as formas de culto da população de *Conimbriga*? No que toca ao aspecto específico das homenagens imperiais não deixa de ser curioso constatar que um número razoável das inscrições votivas aí encontradas refiram deuses que se relacionam de perto com as virtudes ou o culto imperiais. Vejamos os exemplos.

A *Apollo Augustus*, divindade ligada ao culto imperial, é dedicada uma pequena ara em calcário por *Caecilia Avita*. A peça, encontrada fora de contexto arqueológico, é datada dos fins do séc. I ou inícios do II ⁶¹. Uma dedicatória ao *Genius Conimbrigae* encontrada na zona sul do *forum* poderia, segundo R. Étienne e G. Fabre, enquadrar-se no templo ao culto imperial embora não se exclua a hipótese de fazer parte de um pequeno templete localizado na zona onde a peça foi encontrada ⁶². Uma ara datada de fins do séc. I ou inícios do II e encontrada no criptopórtico, junto ao templo imperial, é dedicada a *Flavia Conimbrica et Lares eius*. A homenagem é testemunho de um momento fundamental da história de *Conimbriga*: a passagem de *oppidum* a *municipium*, passagem que se liga a um imperador flávio que se transforma assim num dos *Lares* da cidade. Esta dedicatória honra e exalta a dinastia de uma forma muito particular ⁶³. Duas dedicatórias a *Mars Augustus*, uma a *Pietas Augusta* e uma outra a *Remetes Augusti* ⁶⁴, encerram de forma particularmente notável as epígrafes que aqui procurámos relacionar com o culto imperial.

A presença deste número considerável de dedicatórias a divindades augustas permite-nos salientar um primeiro aspecto: num estudo sobre o problema do sentido e implantação das dedicatórias imperiais é forçoso jogar com essas outras consagrações, que embora

⁶² *Fouilles II*, n° 6, p. 24-25.

⁶³ É esta, pelo menos, a opinião de R. Étienne e G. Fabre: "L'intérêt de ce texte réside dans l'exaltation de la ville et la mention de ses Lares. (...) Une nouvelle mentalité naît avec la promotion juridique de l'*oppidum*. Si la communauté des *Conimbrigenses* a été jusque-là protégée par des divinités tutélaires, celles-ci sont transférées à la protection de la ville, qui est assurée d'une durée plus sûre que la simple communauté des habitants. De plus, l'empereur flavien, qui a octroyé le droit latin mineur et qui trône aux côtés d'Auguste divinisé dans le temple du culte impérial, devient par là même un des Lares de la ville. Faire un autel dédié à Flavia Conimbriga et à ses Lares, c'est donc exalter deux fois la dynastie, tout comme c'est unir le passé religieux de la ville à son présent glorieux" (*Fouilles II*, n° 10, p. 30).

⁶⁴ As dedicatórias referidas são publicadas na obra *Fouilles II* com a ordem que se segue: 14, p. 34-35; 17, p. 37-38; 18, p. 38-40.

não claramente dedicadas a um imperador, devem, como já salientou R. Étienne, ser analisadas tendo em conta o quadro mais vasto do culto e da propaganda imperiais ⁶⁵. Se apresentamos o caso das dedicatórias de *Conimbriga* é precisamente porque esse conjunto de dedicatórias pode dar uma nova visão e um novo contexto às peças escultóricas aí encontradas. Se salientamos este problema é ainda para realçar a visão naturalmente restrita dada, com um trabalho parcelar sobre as imagens imperiais, ao problema da organização e desenvolvimento do culto imperial ⁶⁶. Esta visão restrita, ou pelo menos parcelar, é todavia de extrema importância. As estátuas imperiais, prova de uma manifestação religiosa tanto quanto testemunho de lealdade política, são uma exigência prática do culto, tal como o são as imagens dos deuses nos templos. Neste sentido, conhecê-las e contextualizá-las num espaço determinado, é tarefa obrigatória para conhecer a forma como o culto se implantou e se articulou com as estruturas políticas e administrativas.

Este problema leva-nos a uma última conclusão. Vimos já como o culto imperial se liga com o fenómeno urbano. É no quadro de uma cidade que se manifestam os primeiros sinais desta nova ligação entre o imperador e as populações do Império: Tarragona em 26 a. C. dará um exemplo rapidamente seguido um pouco por todo o mundo romano ⁶⁷. Essa vocação no actual território português, a julgar pelos dados recolhidos, parece ser clara. Isso não impede o aparecimento de dedicatórias em *vici*. Os exemplos de N^o S^o de Aires (f. 4) e Junceira (f. 12) permitem constatar que, mesmo em aglomerados populacionais secundários, se podiam erigir estátuas a imperadores. É curioso anotar que nos dois casos estes *vici* são dependentes de capitais de *civitates* onde o culto está atestado: *Pax Iulia* e *Scallabis*. O impacto do retrato imperial, fundamental no quadro geral da propaganda do Império, aparece demonstrado de uma forma particularmente eloquente no caso da *villa* de Milreu, cujos proprietários dimensionaram a uma leitura privada as imagens do poder.

⁶⁵ Sobre o sentido do culto aos deuses augustos veja-se Étienne, 1974, p.335 -349.

⁶⁶ Não esquecemos, naturalmente, todo um conjunto de outros dados que é necessário acrescentar às referências já salientadas, como sejam as epígrafes mencionando sacerdotes do culto.

⁶⁷ Cfr. Étienne, R., 1974, p. 197. Na Península Ibérica o “exemplo” parece ter sido seguido sobretudo na fachada mediterrânica e sul da Península, zonas de onde procedem o maior número de referências (Idem, *op. cit.*, p. 217).

ABREVIATURAS BIBLIOGRÁFICAS

- AE *L'Année Épigraphique*. Revue des Publications Épigraphiques relatives à l'Antiquité Romaine, Paris.
- CIL II *Corpus Inscriptionum Latinarum*.
- CSIR SOUZA, V., *Corpus Signorum Imperii Romani (Portugal)*, Coimbra, 1990.
- DA DAREMBERG, Ch.; SAGLIO, E.; POTTIER, E., *Dictionnaire des Antiquités grecques et romaines*, Paris, 1877-1919.
- FE *Ficheiro Epigráfico*. Suplemento da revista *Conimbriga*. Coimbra
- FOUILLES II ÉTIENNE, R.; FABRE, G.; LEVÊQUE, P. e M., *Fouilles de Conimbriga.. II. Épigraphie et sculpture*, Paris, 1976.
- ILER VIVES, J., *Inscripciones Latinas de la España Romana*, Barce-lona, 1971 e 1972.
- IRCP ENCARNAÇÃO, J., *Inscrições romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984, 2 vols.
- IRCP (Aditamento) ENCARNAÇÃO, J., "Inscrições romanas do conventus Pacensis. Aditamento", *Trabalhos de arqueologia do Sul*, vol. I, 1986, p. 99-109.
- RP ALARCÃO, J., *Roman Portugal*, Warminster, vol.II, fasc. 1 (Porto, Bragança & Viseu), fasc. 2 (Coimbra & Lisboa), fasc. 3 (Évora, Faro & Lagos), 1988.

OUTRAS ABREVIATURAS

- MNA Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.
- MMC Museu Monográfico de Conímbriga

NOTA EXPLICATIVA AO CATÁLOGO:

O catálogo que a seguir se apresenta reproduz os resultados do levantamento da epigrafia demonstrativa da existência de escultura imperial. Acrescentou-se uma peça não publicada no *Corpus Signorum Imperii Romani (Portugal)* e uma referência encontrada na bibliografia arqueológica, a uma obra já desaparecida. Os dados foram organizados segundo o seu local de procedência dentro dos distritos, que foram ordenados alfabeticamente. Assume-se que cada ficha corresponde a uma escultura, mesmo quando a referência é dada indirectamente por uma menção epigráfica. As dimensões das peças são dadas em centímetros: no caso de inscrições são dadas as medidas máximas da altura x largura x espessura; nas estátuas é dada sómente a altura.

BRAGA

nº 1

Local do achado: Rua do Souto, perto do Largo do Paço, Braga

Paradeiro: estátua nunca localizada. Ver inscrição

Datação: entre 4 e 7 d. C.

Destino: *Forum*

Inscrição

Paradeiro: Museu D. Diogo de Sousa

Leitura:

M· AGRIPPAE· M· F[ILIO]/ NEPOTI· AVG· CAESAR[IS]/
BRACARAUGVSTAN[I]

Tradução: A Marco Agripa, filho de Marco, neto de Augusto César, os Bracaraugustanos.

Descrição: No estado actual o monumento apresenta-se como uma laje de granito, danificada, conservando na parte inferior esquerda um resto de moldura em relevo. A peça está fragmentada por reaproveitamento na parte direita.

Dimensões: 58 x 67,5 x 20

Encomendante: os Bracaraugustanos

Comentário: P. Le Roux data a peça de entre 4 e 7 d.C. fazendo o seguinte comentário: "Il est logique de penser que l'inscription et la dédicace de la statue sont en relation avec la cérémonie très officielle au forum, à laquelle Suétone fait allusion. En aucun cas elle ne peut être postérieure à l'exil du jeune homme, en 7 ap. j. C. qui entraîna l'annulation de l'adoption" (p. 156)

Bibliografia: Le Roux, P., 1975, p. 155-159

Local do achado: Semelhe, junto à capela do Senhor do Lírio, Braga
 Paradeiro: estátua nunca localizada. Ver inscrição
 Datação: 3 a.C.
 Destino: *Forum?*

Inscrição

Paradeiro: Sociedade Martins Sarmento

Leitura:

IMP(eratori) CAESARI DIVI F(ilio) AVG(usto)/
 PONT(ifici) MAX(imo) TRIB(unicia) POT(estate) XXI
 (vigesima prima)/ SACRVM BRACARAVGVSTANI /
 PAVLLI FABII MAXSIMI LEG(ati) PROPR(etoris)
 NATALI DEDICATA EST

Tradução: Ao Imperador César Augusto, filho do divino César, pontífice máximo, no vigésimo primeiro poder tribunício, os Bracaraugustanos consagraram este monumento, (inaugurado) no dia natalício de Paulo Fábio Máximo, legado propretor.

Descrição: Monumento de forma cilíndrica que poderá corresponder ao pedestal de uma estátua.

Dimensões: 118 x 90 x 82

Comentário: A inscrição e o monumento sugerem como destino mais provável o *forum*. Poderá a peça ter sido deslocada de *Bracara Augusta*? Em caso negativo teríamos que imaginar a sua colocação na zona de Semelhe, onde M. Martins sugeriu a existência de uma *villa*.

Bibliografia: ILER 1028; Le Roux, 1980, p. 155; Tranoy, 1981, p. 329; Martins, M., 1990, p. 89

Local do achado: Conimbriga

Paradeiro: MMC nº Inv.A 545

Datação: desconhecida

Dimensões: altura=14; diâmetro= 13

Material: mármore branco

Descrição: Fragmento de pata de cavalo. Os músculos e as veias são talhados de forma muito saliente.

Destino: *Forum?*

Comentário: Esta peça poderá relacionar-se com um fragmento de membro de musculatura muito vincada (MMC nº Inv. A 515), também em mármore branco e encontrado no mesmo local.

Bibliografia: Inédita

ÉVORA

nº 4

Local do achado: Viana do Alentejo, junto ao santuário de N^{ra} Sr^a de Aires

Paradeiro: estátua nunca localizada. Ver inscrição

Datação: séc. IV?

Destino: *Vicus*

Inscrição

Paradeiro: MNA nº E 6337

Leitura:

BONO/ REIP(ublicae)/ NATO

Tradução: Nascido para o bem da República

Descrição: pedestal (?) em granito. Apresenta na face superior uma cavidade circular de 29 cm de diâmetro e 17 cm de profundidade.

Dimensões: 30 x 63 x 57

Comentário: a fórmula honorífica *Bono reipublicae nato* aplica-se, sobretudo a partir do séc. IV, aos imperadores do Baixo Império e encontra-se ligada a uma nova política de propaganda imperial. A peça terá sido encontrada numa importante estação arqueológica identificada por J. Alarcão como sendo um *vicus* que ficaria no *territorium* de *Ebora* (RP II, fasc. 3, p. 162)

Bibliografia: IRCP 413, p. 492

ÉVORA

nº 5

Local do achado: Templo romano de Évora

Paradeiro: estátua nunca localizada. Ver inscrição

Datação: desconhecida

Destino: templo

Inscrição

Paradeiro: templo romano de Évora

Leitura:

(...) SA (...) / (...) (P?) I(M?) (...) / (...) O (...) / (...) F(?...) / s
(...) EN (...) / (...) (O?) TI(...) / (...)

Descrição: Pedestal em mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa. O campo epigráfico ocuparia três partes: uma principal e duas laterais.

Dimensões: 184 x 100 (base e cornija); 93 (fuste) x 33

Comentário: A inscrição é de interpretação difícil devido ao elevado grau de deterioração da peça.

Bibliografia: IRCP 379 p. 452. IRCP (Aditamento) p. 105

FARO

nº 6

Local do achado: Faro

Paradeiro: estátua nunca localizada. Ver inscrição

Datação: 274 d.C.

Destino: *forum*

Inscrição

Paradeiro: Museu de Faro nº 29 (secção lapidar)

Leitura:

IMP(eratori)ϕ CAES(ari) / L(ucio)ϕ DOMITIO /
AVRELIANO / PIOϕ FEL(ici)ϕ AVG(usto) / P(ontifici)ϕ
M(aximo)ϕ T(ribunicia)ϕ P(otestate)ϕ P(atri)ϕ
P(atricae)ϕ / II (bis)ϕ CO(n)S(uli) ϕ PROC(onsuli) /
R(es) ϕ P(ublica) ϕ OSSONOB(ensis) / EX DECRETO /
ORDIN(is) / D(evota) ϕ N(umini) ϕ M(aiestatique)ϕ
EIVS / D(edit) D(edicavitque)ϕ

Tradução: Ao Imperador César Lúcio Domício Aureliano, pio, fêlix, Augusto, pontífice máximo, no seu poder tribunicio, pai da pátria, cônsul pela segunda vez, procônsul - a república Ossonobense, por decreto da ordem, ofereceu e dedicou, por devoção ao seu génio e majestade.

Descrição: Pedestal em calcário. Apresenta na face superior uma concavidade com um pequeno sulco adjacente.

Dimensões: 96 x 50 x 44

Bibliografia: IRCP 4 p. 50-51

Local do achado: Leiria-castelo

Paradeiro: estátua nunca localizada. Ver inscrição

Datação: 167 d.C.

Destino: *forum*

Inscrição

Paradeiro: Leiria-castelo (Igreja de Nª Srª da Pena, aproveitado como material de construção)

Leitura:

[DIV]IO ANTONIN[O]/ AVG(usto) P(io) P(atri) P(atriae) OPTIMO AC SANCTIS / SIMO OMNIVM SAECV/LORVM PRINCIPIS / 5 Q(uintus) TALOTIVS Q(uinti) F(ilius) QVIR(ina tribu) AL/LIVS SILONIANVS COL/LIPPONE(n)SIS EVOC(atus) EIVS C(o)HOR(tis) VI PRAETORIAE/ NOMINE ORDINIS/ 10 COLLIPONENSIVM / QVOD DECVRIONEM/ EVM REMISSO HONOR[A]/RIO ET MVNERIBVS E[IT]/ ONERIBVS R(ei)P(ublicae) FECERINT / 15 DEDICATA EX D(ecreto) D(ecurionum)/ XIII K(alendas) OCTOBR(is) IMP(eratore) CAES(are) L(ucio) AVRELIO VERO AVG(usto) / III <ET> M(arco) VM(m)IDIO QVADRATO/ CO(n)S(ulibus) II VIR(is)/ 20 Q(uinto) ALLIO MAXIMO/ <ET> G(aio) SVLPICIO SILONIANO

Tradução: Ao divino Antonino Augusto Pio, pai da pátria, o melhor e o mais respeitável príncipe de todos os séculos, consagra esta memória, em nome do Senado de Collippo, Quinto Talócio Álio Siloniano, filho de Quinto, da tribo Quirina, cidadão coliponense, seu *evocatus* da 6ª coorte pretoriana, em razão de o terem feito decurião com dispensa do honorário e das funções e encargos públicos. Dedicada por decreto dos decuriões, aos 13 dias das calendas de Outubro (19 de Setembro) sendo cônsules o Imperador César Lúcio Aurélio Vero Augusto pela terceira vez, e Marco Umídio Quadrado, sendo duúnviros (de Collippo) Quinto Álio Máximo e Gaio Sulpício Siloniano.

Descrição: bloco de mármore, provavelmente base de estátua, danificado na parte superior e ligeiramente nos ângulos laterais; parte inferior oculta. Foi aproveitado como material de construção na igreja já referida, encontrando-se embutido numa parede, deitado horizontalmente com a face epi-

grafada visível, a 60 cm de altura do chão.
Dimensões: (superfície visível) 86 x 47
Comentário: É bastante provável que esta peça tenha vindo de S. Sebastião do Freixo onde se situaria a cidade romana de *Collippo*.
Bibliografia: CIL II 5232. Brandão, D.P., 1972 2, p. 11-15

LISBOA

nº 8

Local do achado: Lisboa
Paradeiro: estátua nunca localizada. Ver inscrição
Datação: inícios do séc. I (1º quartel?)
Destino: *forum* ou templo?

Inscrição

Paradeiro: desconhecido. No princípio do séc. XVI, a peça estaria dentro ou junto da igreja de S. Tiago

Leitura:

DIVO AVGVSTO· C(aius) ARRIVS OPTATVS· C(aius)
IVLIVS EVTHICVS· AVGVSTALES [Dederunt?]

Tradução: Ao divino Augusto. Os augustais Caio Ário Optado (ou Optato) e Caio Júlio Eutico [dedicaram?]

Descrição: “Pedra grande jaspeada, com a forma quadrada” (Silva, A.V.).
Pedestal de estátua?

Comentário: J.L. Vasconcelos supõe que a peça estaria num templo. A homenagem teria sido feita a Augusto divinizado o que aponta para uma datação dos inícios do séc. I.

Bibliografia: Vasconcelos, J.L., 1913, vol. III, p. 325. Silva, A.V., 1944 74, p. 182-183

LISBOA

nº 9

Local do achado: Rua da Madalena, Lisboa
Paradeiro: estátua nunca localizada. Ver inscrição
Datação: 178/180 d.C.
Destino: *forum* ?

Inscrição

Paradeiro: desconhecido

Leitura

IMP(eratori)• CAE(sari)• IMP(eratoris)/ M(arci)•
AVREL(ii)• ANTONIN(i)/ AVG(usti)• F(ilio)• DIVI• PII•
NEP(oti)• DIV(i)/ HADR(iani)• PRON(epoti)• DIVI/s
TRAI(ani)• PARTHICI ABNEP(oti)/ L(ucio)• AVRELIO•
COMMODO/ AVG(usto)• GERMAN(ico)• SARMAT(ico)/
FEL(icitas)• IVL(ia)• OLIS(ipo)• PER• Q(uinto)• COELIVM•
CASSIANVM• ET• M(arcum)• FVLVI/VM• TVSCVM•
IIVIR(os)

Tradução: Ao Imperador César Lúcio Aurélio Cómodo, Augusto, Germânico, Sarmático, filho do Imperador Marco Aurélio Antonino Augusto, neto do Divino Pio, bisneto do Divino Adriano, trineto do divino Trajano Pártico, Felicidade Júlia Olisipo [levantou este monumento] por intervenção dos duúnviros Quinto Célio Cassiano e Marco Fúlvio Tusco.

Descrição: Pedestal de estátua?

Bibliografia: Silva, A.V., 1944 23, p. 116-118.

LISBOA

nº 10

Local do achado: Rua do Limoeiro, perto do local do teatro romano de Lisboa

Paradeiro: desconhecido

Datação: desconhecida

Descrição: “Bem perto do local do teatro, na rua do Limoeiro, fora encontrada uma cabeça de Faustina, mulher de Marco Aurélio”.

Bibliografia: Almeida, F., 1966, p. 562

PORTALEGRE

nº 11

Local do achado: Ermida do Espírito Santo, S. Lourenço, Portalegre

Paradeiro: estátua nunca localizada. Ver inscrição

Datação: finais de 166

Destino: *forum* ou templo?

Inscrição

Paradeiro: Museu de Portalegre

Leitura

IMP(eratori) • CAES(ari) • L(ucio) • AVRE/LIO VERO
AVG(usto)☉/ DIVI • ANTONINI • F(ilio)/ PONT(ifici) •
MAX(imo) • TRIB(unicia) • POT(estate)/ CO(n)S(uli) • II
(secundum) • P(atri) • P(atriciae) •/ MVNICIP(es) •
AMMAI(enses)

Tradução: Ao Imperador César Lúcio Aurélio Vero Augusto, filho do divino Antonino, pontífice máximo, dotado do poder tribunício, cônsul pela segunda vez, pai da Pátria - os munícipes de Amaia.

Descrição: Pequeno pedestal de granito polido. Na face superior apresenta uma cavidade (13,5 x 10 x 10) para fixação do busto, ainda com resto da chumbada.

Dimensões: 48 x 36 x 25

Comentário: J. Alarcão põe a hipótese da peça ter sido trazida de S. Salvador de Aramenha, povoação que corresponde a *Ammaia*. (RP II, fasc. 3, p. 148)

Bibliografia: IRCP 616, p. 678

SANTARÉM

nº 12

Local do achado: Sítio da Junceira, Vale de Cavalos, Chamusca

Paradeiro: estátua nunca localizada. Ver inscrição

Datação: Baixo Império?

Inscrição

Paradeiro: desconhecido

Leitura: BONO/ REI[P(ublicae)?]/ [NATO?] / [...]

Tradução: Nascido para o bem da República

Descrição: “o monumento parece uma ara com uns 60 cm de altura por 40 de largura. Ostenta uma ampla cavidade em cima, para eventual reutilização como pedestal (de cruzeiro?)”

Comentário: J. Encarnação descreve o monumento baseado apenas numa fotografia. A classificação da peça como pedestal é, por isso, duvidosa.

Bibliografia: IRCP 642 p. 700.

Bibliografia

- ALARCÃO, J., 1973: *Portugal Romano*, Lisboa.
- ALARCÃO, J.; ÉTIENNE, R., 1977: *Fouilles de Conimbriga.. I. L'architecture*, Paris.
- ALARCÃO, J.; ÉTIENNE, R., 1980: "Conímbriga, cidade da Lusitânia", *Arqueologia*, nº2, p. 50-57.
- ALARCÃO, J.; ÉTIENNE, R., 1986 (1): "Archéologie et idéologie impériale à Conimbriga (Portugal)", *Comptes rendus de l'Académie des Inscriptions & Belles-Lettres*, p. 120-132.
- ALARCÃO, J., 1988 (1): *O domínio romano em Portugal*, Mem Martins.
- ALARCÃO, J., 1988 (2): *Roman Portugal*, Warminster, vol.II, fasc. 1 (Porto, Bragança & Viseu), fasc. 2 (Coimbra & Lisboa), fasc. 3 (Évora, Faro & Lagos).
- ALMEIDA, F., 1966: "Notícias sobre o teatro de Nero em Lisboa". *Lucerna*, 5, p. 561-571.
- BALIL, A., 1974: "Sobre la escultura y las artes de la Península Ibérica en época romana", *Revista de Guimarães*, vol. LXXXIV, nº 1-4, p. 95-128.
- BALTY, J. C., 1978: "Problématique de l' iconographie romaine. Notes d' histoire et de critique", *Bulletin de l' Académie Royale de Belgique*, Bruxelles.
- BRANDÃO, D. P., 1972: "Epigrafia Romana Coliponense", *Conimbriga*, XI, p. 41-192.
- DAREMBERG, C.; SAGLIO, E.; POTTIER, E., 1877-1919: *Dictionnaire des Antiquités grecques et romaines*, Paris.
- CÜPPERS, H., et alii, 1983: *Die Römer an Mosel und Saar. Zeugnisse der*

Römerzeit in Lothringen, in Luxemburg, im Raum Trier und im Saarland, Mainz.

- DWYER, E. J., 1982: *Pompeian domestic sculpture. A study of five pompeian houses and their contents*, Roma.
- ENCARNAÇÃO, J., 1981: “A religião romana não-oficial nas colónias e municípios da Lusitânia durante o Alto Império”, *Memórias de Historia Antigua*, V, p.19-31.
- ENCARNAÇÃO, J., 1984 (2): *Inscrições romanas do conventus pacensis - subsídios para o estudo da romanização*. Coimbra. 2 vols.
- ENCARNAÇÃO, J., 1986: “Inscrições romanas do conventus Pacensis. Aditamento”, *Trabalhos de arqueologia do Sul*, vol. I, p. 99-109.
- ENCARNAÇÃO, J., 1990 (2b): “A religião”, in Alarcão, J. (coord.), *Nova História de Portugal. I. Portugal das origens à romanização*, Lisboa, p. 442-461.
- ÉTIENNE, R.; FABRE, G.; LEVÊQUE, P. e M., 1976: *Fouilles de Conimbriga. II. Épigraphie et sculpture*, Paris.
- ÉTIENNE, R., (1974): *Le culte impérial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste a Dioclétien*, Paris, (1^o ed.: 1958).
- FUCHS, M., 1987: *Untersuchungen zur Ausstattung Römischer Theater, in Italien und den westprovinzen des Imperium Romanum*, Mainz am Rhein.
- GARCIA Y BELLIDO, A., 1949: *Esculturas Romanas de España y Portugal*, Madrid.
- GARCIA Y BELLIDO, A., 1955: *Arte Romano*, Madrid.
- GARCIA Y BELLIDO, A., 1966-1967: “Retratos romanos imperiales de Portugal”, *Arquivo de Beja*, vol. XXIII-XXIV,

p.280-291.

- GRIMAL, P., 1988: *Dictionnaire de la mythologie grecque et romaine*, Paris, (1ª ed 1951).
- HAUSCHILD, T., 1984: "A villa romana de Milreu, Estói, (Algarve)", *Arqueologia*, nº 9.
- HÜBNER, E., 1869: *Corpus Inscriptionum Latinarum*, II, Berlin.
- JACQUES, F., 1984: *Le privilège de la liberté. Politique impériale et autonomie municipale dans les cités de l'Occident romain*.
- KOPPEL, E.M., 1985: *Die Römischen skulpturen von Tarraco.*, Berlin.
- LACERDA, A., 1942: *História da Arte em Portugal*, Porto, vol. I.
- LE GOFF, J., 1984: "Documento/Monumento", in *Enciclopédia Einaudi*, I. *Memória-História*, Lisboa.
- LE ROUX, P., 1975: "Aux Origines de Braga (Bracara Augusta)", *Bracara Augusta*, vol. XXIX, nº 67-68, p. 155-159.
- LÉVY, F., e SEGAUD, M., 1983: *Anthropologie de l'espace.*, Paris.
- MANDERSCHIED, H., 1981: *Die Skulpturenausstattung der Kaiserlichen Thermenanlagen*, Berlin.
- MANTAS, V., 1976: "Notas acerca de três inscrições de Olisipo", *Conimbriga*, XV, p.151-169.
- MARTINS, M., 1990: *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, (Cadernos de Arqueologia, 5), Braga.
- MATOS, J. L. M., 1966: *Subsídios para um catálogo da escultura luso-romana. I parte*, Lisboa, (dissertação de licenciatura policopiada, apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa).

- MAU, A., 1973: *Pompeii its life and art*, Washington, D.C..
- NIEMEYER, H. G., 1968: *Studien zur statuarischen Darstellung der römischen Kaiser*, Berlin
- NIEMEYER, H. G., 1977: "Aspectos de la escultura romana de la Península Ibérica", in *XIV Congreso Nacional de Arqueología*, (Vitoria, 1975), Zaragoza, p. 915-920.
- OLEIRO, J. M. B., 1950: "Escultura romana em Portugal. I - O retrato do imperador Galieno do Museu Regional de Lagos", *Brotéria*, vol. L, fasc. 3.
- PEREIRA, G., 1890: "As estátuas romanas da Quinta da Amoreira da Torre próximo de Montemor-o-Novo", *Revista Archeologica e Historica*, 4.
- PLÍNIO: *Naturalis Historiae* (tradução de H. Le Bonniec, *Histoire Naturelle*, XXXIV, Paris, 1983)
- ROLLIN, J. P., 1979: *Untersuchungen zu Rechtsfragen römischen Bildnisse.*, Bonn.
- SCHMIDT, J., 1986, *Dictionnaire de la mythologie grecque et romaine*, Paris.
- SILVA, A. V., 1944: *Epigrafia de Olisipo (subsídios para a história da Lisboa romana)*, Lisboa.
- SOUZA, V., 1986: "Escultura romana", in Alarcão, J. (coord.). *História da Arte em Portugal. I. do Paleolítico à arte visigótica*, Lisboa, p. 129-147.
- SOUZA, V., 1990: *Corpus signorum imperii romani (Portugal)*, Coimbra.
- STRONG, Donald, 1988: *Roman Art*, London.
- SUETÓNIO: *De vita Caesarum*, 76 (trad. de Henri Ailloud, *Vie des Douzes Césars*, t. 1, Paris, 1931).

- TOYNBEE, J., 1972: *A arte dos romanos*, Lisboa, (ed. or. ing.: 1965).
- TRANOY, A., 1977: "A propos des Callaeci de Pline: epigraphie et peuplement", *Bracara Augusta*, vol. XXXI, n° 71-72, p. 225-233.
- TRANOY, A., 1981: *La Galice romaine. Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*, Paris.
- VASCONCELOS, J. L., 1905 e 1913: *Religiões da Lusitânia. II e III*, Lisboa.
- VEYNE, P., 1976: *Le pain et le cirque. Sociologie historique d'un pluralisme politique*, Paris.
- VIVES, J., 1971-1972: *Inscripciones latinas de la España romana*, Barcelona.